

Ainda Existe Periodicidade no Jornalismo? O Regime de Publicação na Lógica do Processo Produtivo do Jornalismo Digital¹

Roseli Figaro²
Cláudia Nonato³

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este artigo traz uma discussão sobre o atual papel da periodicidade (ou regime de publicação) no jornalismo nativo digital. Para tanto, faz uma recuperação teórico conceitual de autores que analisaram a periodicidade no jornalismo a partir da classificação de Otto Groth (2011) e propõe uma alternativa a ele com base nos resultados da pesquisa *Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*, realizada pelo CPCT-ECA/USP entre 2018 e 2020. Nessa investigação, regime de publicação é uma das categorias teórico-metodológicas criadas para analisar o material empírico coletado da produção de 30 arranjos do trabalho jornalístico de São Paulo. Entre as conclusões, está que a noção de tempo como periodicidade não existe mais no online/digital na mesma medida dos processos analógicos.

Palavras-chave: jornalismo digital; periodicidade; regime de publicação; arranjos econômicos alternativos; CPCT-ECA/USP

Introdução

Madrugada de primeiro de agosto de 2021, Olimpíadas de Tóquio, no Japão. Rebeca Andrade ganha a segunda medalha e consagra-se como a primeira mulher ginasta brasileira campeã olímpica e a primeira atleta do Brasil a ganhar duas medalhas (prata e ouro) numa mesma edição das Olimpíadas. Um feito histórico, que repercutiu imediatamente em todos os portais noticiosos, emissoras de rádio e televisão do país. Na manhã seguinte, segunda-feira, Rebeca tentaria sem sucesso a terceira medalha. O Brasil já havia comemorado o feito anterior durante todo o domingo, e estava exaurido pelo

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora livre-docente, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, ambos da Universidade de São Paulo. E-mail: roseli.figaro@gmail.com

³ Vice coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, da Universidade de São Paulo. E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

excesso de notícias sobre a ginasta. Na contramão desse processo, a capa dos principais jornais impressos do país ainda trazia a conquista do dia anterior, sem causar qualquer impacto informativo ou noticioso aos leitores. Tal fato nos faz refletir sobre as mudanças que a instantaneidade das redes traz para uma das principais categorias do jornalismo: a periodicidade. Este ainda é um dos critérios fundamentais para as instâncias que hoje movimentam as rotinas produtivas e de circulação da notícia?

É a partir dessa questão que este artigo pretende discutir. Se a atualidade estrutura o jornalismo, e hoje há mudanças na maneira de narrar, na relação com o tempo e na nossa inserção do cotidiano, como se apresenta a periodicidade no jornalismo? A proposta é refletir a partir das conclusões da pesquisa *Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*⁴, realizada entre 2018 e 2020 pelo CPCT/ECA-USP⁵. Essa investigação trata da fase 2 de outra pesquisa, publicada em 2018⁶, cujo objetivo era estudar o jornalismo produzido pelos novos arranjos do trabalho dos jornalistas de São Paulo. O estudo exigiu o desenvolvimento de categorias que pudessem permitir a análise de aspectos do processo produtivo e das lógicas de circulação desses produtos. Nesse escopo, as categorias periodicidade e critérios de noticiabilidade mostraram-se restritas e não permitiram entender as lógicas produtivas do jornalismo digital produzido por esses arranjos (FIGARO, 2020), fatos que trouxeram novas indagações e nos direcionaram a buscar outros ferramentais teórico-metodológicos para a análise. Diante dessas questões, o objetivo deste artigo é discutir sobre o papel da periodicidade (ou regime de publicação, como veremos mais adiante) no jornalismo nativo digital. Para tanto, faremos breve recuperação teórico conceitual de autores que analisaram a periodicidade no jornalismo, para, em seguida, argumentarmos em favor do conceito de regime de publicação.

O papel da periodicidade no jornalismo

A atualidade é um dos eixos estruturantes do jornalismo. Porém, as mudanças nos processos produtivos e em suas tecnologias transformaram a noção social de tempo e de

⁴ Os relatório completo está disponível no endereço www.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho

⁵ Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, certificado e apoiado pelo CNPq.

⁶ O título original do Projeto é *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia: produção jornalística*.

espaço, fazendo com que o eixo da atualidade, materializado na periodicidade, precise ser repensado e reavaliado. A periodicidade tem a ver com a industrialização do jornalismo, com um tipo de maquinaria, com determinado modelo de negócio. O termo está vinculado à noção de tempo, ao relógio, que delimita o deadline para a conclusão, publicação e circulação das notícias. Um produto acabado, impresso ou gravado, que mantinha a integridade de sua unidade em um único formato. O domínio do discurso jornalístico estava mais bem demarcado de outros domínios discursivos, por exemplo, o espaço da publicidade.

Mas se a relação com o tempo muda, se comprime e se torna mais densa por conta das possibilidades do processo produtivo, de suas rotinas e tecnologias, essa inserção na narrativa do cotidiano também é alterada, assim alteram-se os formatos e o produto jornalístico. Desse pressuposto, o jornal atualizado como “diário” não cabe na lógica atual, que modifica a noção de tempo e atualidade e impacta a nossa percepção enquanto leitores e produtores de notícia.

Quando se trata de periodicidade, o professor e jornalista alemão Otto Groth é referência, por ser bastante citado em estudos empíricos. Ele é reconhecido por ter dividido, na primeira parte da obra *O Poder Cultural Desconhecido. Fundamentos das ciências dos jornais* (2011), as características do jornalismo em *periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade*. É a partir da classificação de Groth que diversos autores (GENRO FILHO, 1987; FIDALGO, 2004; MEDITSCH e SPONHOLZ, 2011; BERGER, 2011; XAVIER e PONTES, 2019; MARQUES DE MELO, 2020) analisaram, em diferentes épocas, a *periodicidade* como uma propriedade intrínseca do jornalismo, no entanto, dependente do período histórico do desenvolvimento das técnicas e dos transportes.

O ritmo do jornal se estabelece a partir do sujeito moderno, que se tornou pontual sob a pressão da concorrência capitalista. A implementação tecnológica da vida em sociedade reconfigura o processo de produção do jornal. “Os períodos do jornal só se tornaram constantes quando a técnica e a organização da notícia possibilitaram o recebimento regular, seguro do material, quando a técnica de impressão permitiu a reprodução rápida e o correio e o trem também propiciaram a propagação imediata” (GROTH, 2011, p. 161, *apud* XAVIER e PONTES, 2019, p. 42)

Groth considerava a materialidade do jornal e os seus métodos de produção como fatores externos à estrutura do jornal, por este ser uma obra cultural e, naturalmente, uma

realidade de sentido (FIDALGO, 2004). Para o autor alemão, a periodicidade é a característica que mais diferencia o jornal de outras obras, como os livros, por exemplo, e a natureza temporal é a essência de periódico, que só seria ideal se conseguisse atingir a simultaneidade do acontecimento e da notícia. Para entender a periodicidade no jornalismo online, essa simultaneidade é, para Fidalgo (2014), mais importante que a regularidade:

É que a medida da periodicidade, além de ser ditada pelos condicionamentos físicos, económicos, logísticos da produção do jornal, é sobretudo determinada “pelas necessidades e finalidades do homem”, ou seja, é determinada objectiva e subjectivamente, com ênfase no elemento subjectivo, pois que, enquanto elemento de uma obra cultural, a periodicidade é necessariamente teleológica. Sem dúvida que a grande vantagem do jornalismo radiofónico relativamente à imprensa e à televisão é de a sua periodicidade ser muito superior e de se aproximar mais do ideal da simultaneidade. (FIDALGO, 2014, p. 4)

Marques de Melo (2020, p. 124), estabelece conexões entre as quatro características propostas por Otto Groth, mas relaciona a periodicidade à difusão, por corresponder “à possibilidade tecnológica de transmissão dos acontecimentos, de modo a torna-los acessíveis à coletividade”. A partir desse ponto de vista, o autor pensa a periodicidade como *conceito de tempo*, mas prefere assumir a ideia de *oportunidade*, “configurando-se a partir do canal que torna viável a difusão”.

Seixas (2011), assim como Groth, considera a periodicidade uma propriedade do jornalismo e vai além, ao afirmar que um site de notícias com atualização contínua e sem periodicidade (no sentido da constância), “é dotado da periodicidade identidade”, porque: “1) pode ter diferentes periodicidades para diferentes composições, seções e produtos como blogs ou infográficos; e 2) a continuidade da atualização é sua identidade de “site noticioso”, diferentemente de um especial, de uma revista eletrônica, de um blog”. A autora complementa, afirmando que “o próprio adjetivo “noticioso” fortalece o conceito de notícia, da hard News”(SEIXAS, 2011, p. 169).

Na contramão desses autores, Adelmo Genro Filho (1987, p. 29) considerou em sua pesquisa que as quatro características fundamentais apontadas por Otto Groth não caracterizam a essência do jornalismo. Para ele, ao afirmar a significação do periódico como mediador na comunicação de bens imateriais, o autor alemão permanece em um

terreno genérico e abstrato. E questiona: “o que é preciso definir é a especificidade desses bens imateriais produzidos por essa estrutura jornalística historicamente determinada. Noutras palavras, qual o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo?” A resposta vem no parágrafo seguinte:

Aqui já temos, portanto, outra delimitação teórica do objeto, distinta daquela construída por Groth. E um outro método: já não se trata apenas de distinguir a racionalidade de uma comunidade subjetiva de indivíduos que trocam bens simbólicos, mas de compreender como as condições históricas – em primeiro lugar, as condições objetivas – produziram a necessidade dessa reciprocidade subjetiva e, sobretudo, a especificidade dos bens simbólicos que nasceram dela. Trata-se de, sob esse prisma, descobrir as ambiguidades e contribuições do fenômeno jornalístico diante da dominação e da luta de classes no capitalismo, buscando inclusive perscrutar as potencialidades que se abrem ao futuro. (GENRO FILHO, 1987, p.29)

Embora o jornalismo tenha se modificado nos últimos anos, as reflexões de Groth não perderam valor científico para a compreensão da prática. Para Meditsch e Sponholz “continua sendo atual e urgente entender que o jornalismo é ditado pelas leis da atualidade e da universalidade, que ao mesmo tempo o limitam e o expandem e o diferenciam nitidamente da ciência e da literatura” (2011, online). Fidalgo (2004, p.1) destaca não apenas as transformações que a Internet trouxe para as práticas cotidianas, mas também para a natureza do jornalismo, que sofreu uma radical transformação, colocando em dúvida, inclusive, as fronteiras do que é e do que não é jornalismo. Daí vem, a relevância, para o autor, de “averiguar as alterações que se verificam com a informação online para o jornalismo, ou para o que se entende por informação jornalística tradicional, porque o que está em causa é o próprio jornalismo”.

Periodicidade ou regime de publicação? A prática dos arranjos alternativos de jornalismo

Se o que está em causa é o próprio jornalismo, pois a atualidade é o valor estruturante desse domínio discursivo, como categorizar adequadamente as profundas mudanças ocorridas no processo produtivo da informação jornalística? A notícia da medalhista brasileira ficou defasada no jornal impresso, porque já havia um novo fato e o *online* pode reportá-lo com pulso na atualidade.

A noção de tempo como periodicidade, ou seja, tempo estruturado e demarcado, não existe mais no *online* na mesma medida dos processos analógicos. Não temos diários, vespertinos, mensários, semanários.

A atualização é correlacionada às condições de produção e à capacidade de circulação do produto jornalístico. Para além dessa lógica, há a possibilidade constante de correções, ampliações e aprofundamentos a depender da repercussão do fato. A suíte no jornal impresso desdobrou-se no acompanhamento dos acontecimentos em instantes, horas ou dia. Essas possibilidades dependem muito mais da linha editorial e da agilidade das condições de produção *online*, criando outras noções e relações com a notícia.

Cria-se, assim, a oportunidade de um tempo distendido, não cartesiano, cujo compromisso é com o tema e o fato que se quer tratar a depender da circulação e da repercussão do produto jornalístico.

Dessa forma, temos uma variedade de tempos e de atualizações da informação “atual”. Reiteramos, ser atual depende do nicho e da linha editorial do veículo. Essa constatação foi sendo feita à medida que a pesquisa⁷ sobre *Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia* (FIGARO, 2020 e 2021) avançava. O *corpus* em análise contestava as noções de periodicidade, reorganizando o cenário do que se entende por atualidade.

Frente a este fato, foram desenhados gráficos das frequências de publicação de cada arranjo jornalístico e o resultado apontou datas em que o número de publicação era maior e em ritmo mais acelerado. A título de exemplo, tomamos aqui um desses arranjos jornalísticos.

A Agência Pública (apublica.org.br) identifica-se como:

a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil. Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos.” (disponível em [sobre <apublica.org.br >](http://sobre.apublica.org.br), 06/08/2021).

⁷ Para a execução da fase da pesquisa em análise, deliberou-se pelo acompanhamento da produção jornalística de cada um dos 29 arranjos durante duas semanas: de 01/10 a 08/10/2018; e de 22 a 29/10/2018, primeiro e segundo turnos das eleições de 2018. Por meio do *software* Nvivo coletou-se a produção dos respectivos sites dos arranjos; e por meio do *software* Netlytic a produção veiculada no Facebook e no Twitter.

A contribuição dessas jornalistas é inestimável por sua relevância e qualidade. No período da pesquisa, uma semana antes do primeiro e do segundo turnos das eleições de 2018, o material jornalístico publicado permitiu em termos de quantidade o que mostra o Gráfico 1. Nele se identificam as datas com maior e menor fluxo de publicação.

Gráfico 1 – regime de publicação Agência Pública



Fonte: Arquivo CPCT, 2018. Regime de Publicação do site Agência Pública

A data de 5 de outubro de 2018 foi a que apresentou maior número de postagens no primeiro turno; e o dia 25 de outubro a de maior número de postagem no segundo turno. Datas que antecederam as eleições e nas quais a polêmica e os embates entre as campanhas se intensificaram.

O Quadro 1 mostra as publicações no Facebook também no dia 5/10/2018, vê-se que não há um ritmo constante nas publicações. Nenhuma lógica explica as datas e os intervalos a não ser o regime de publicação que evidencia como funciona o dispositivo comunicacional (FIGARO, GROHMANN, 2017, MAINGUENEAU, 2001), operado pela Agência Pública, em consonância com as condições de produção da equipe do arranjo jornalístico e com sua linha editorial.

Quadro 1

2018-10-05 08:44:50	INÉDITO. Levantamento da Pública mostra que dos 3,3 milhões de títulos anulados pelo TSE mais de 1 milhão foi em municípios pequenos com 25% da população em situação de pobreza.
2018-10-05 11:29:32	Fake news sobre urnas eletrônicas. O Brasil não é o único a adotar o sistema: em países como Canadá, a Índia e em alguns estados norte-americanos também é assim.
2018-10-05 16:15:16	Falso! Jair Messias Bolsonaro usou documento com teses internas de vertentes do Partido dos Trabalhadores para dizer que Fernando Haddad quer desmilitarizar polícias e revogar Lei da Anistia.
2018-10-05 18:04:15	Errou, Geraldo Alckmin. Nem o Banco Mundial nem o FMI têm dados que comprovem que a oferta de crédito no Brasil é metade da chilena.
2018-10-05 20:00:01	Fernando Haddad acertou: encontramos nove países com índices de desigualdade semelhantes ao do Brasil, e em sete deles a violência é inferior à registrada aqui.

Fonte: pesquisa CPCT/ banco de dados 2018.

Há relação entre as publicações no site e no Facebook. O fact-checking da Agência Pública também repercutiu no Facebook.

Esse exemplo se repete com os demais arranjos analisados. A periodicidade não serve como categoria para identificar o jornalismo que se produz. Foi essa constatação que nos levou a Roger Chartier, *Ordem dos livros*, 1999, e a seu conceito de ‘regime de publicação’. Para o autor:

Inscrita nos próprios livros, ordenando as tentativas que visam ordenar o inventário das obras, comandando o regime de publicação dos textos, a função-autor está, apesar de tudo, no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao de suas formas e seus leitores. (1999, p.58, nosso destaque)

Regime de publicação, portanto, é a sistemática que envolve todo o processo editorial e ao qual a função-autor está de certa maneira vinculada. Essa contribuição de Chartier requereu um levantamento sobre o uso desse termo. A surpresa foi encontrar manifestações desse uso para diferentes tipos de publicações. Desde um edital até artigos científicos, reportando seu uso a produção de revistas, de artigos e de *softwares*. Outro exemplo interessante desse uso, com ênfase no tempo, periodicidade, foi encontrado na análise da produção científica sobre um *software*, no artigo “Confiabilidade de Software: Um

mapeamento sistemático da última década, em *Conference Paper*, de 2014, no qual se registra:

Sugere-se a hipótese de que este pequeno número de trabalhos experimentais seja devido a duas razões principais: (i) dados experimentais em SRE são muito limitados; (ii) produzir dados de confiabilidade de software por meio de experimentos tipicamente requer muito tempo, que, por vezes, não é atrativo para o regime de publicação científica em vigor atualmente.” (XAVIER, et.al. 2014)

O excerto acima permite inferir que o campo de sentidos relativo a regime de publicação refere-se aos procedimentos vinculados ao tempo de submissão, aprovação e publicação de artigos científicos. O tempo de pesquisa empírica é mais longo, daí publicam-se menos artigos em relação à escala de produção de pesquisa teórica.

Há vários outros exemplos similares que esclarecem os sentidos dos usos do termo regime de publicação. Em todos eles, a noção de tempo está vinculada aos processos produtivos e de circulação editorial, corroborando o uso proposto.

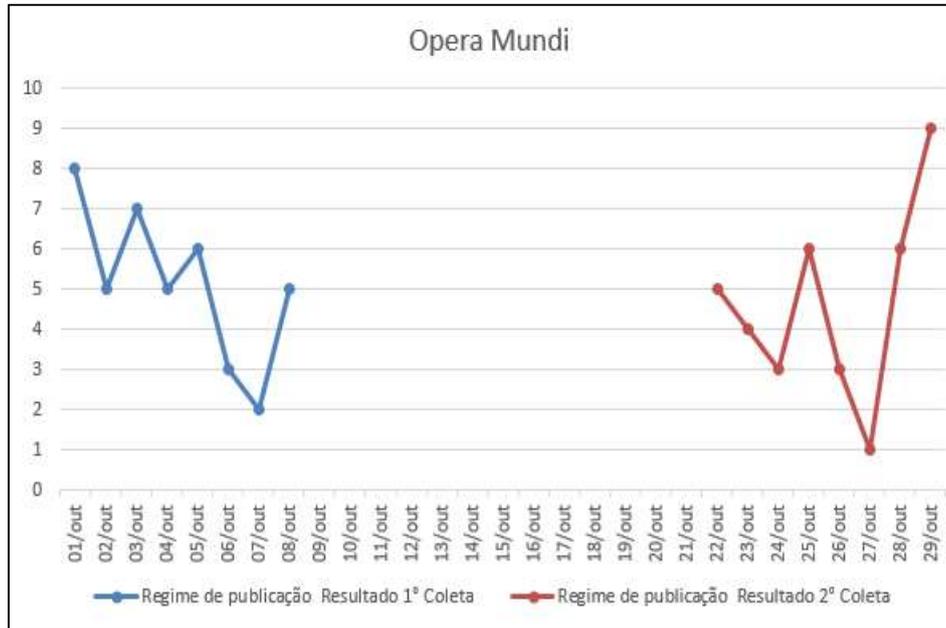
Desse modo, em relação à periodicidade, a conclusão é que:

o regime de publicação responde muito melhor ao que se faz hoje no processo produtivo do jornalismo. Periodicidade já não alcança. Isso se dá porque a lógica da instância da circulação também incide no ritmo de publicação (FIGARO et al., 2021, p. 439).

Outro exemplo pode ser verificado com o regime de publicação do arranjo independente e alternativo Opera Mundi (<https://operamundi.uol.com.br/>). Este veículo busca explorar o chamado jornalismo segmentado com a produção e curadoria de conteúdos internacionais que não costumam ser veiculados em outros arranjos ou na chamada imprensa internacional. É uma equipe pequena de jornalistas dedicada à cobertura e interpretação de informações internacionais, sobretudo, sobre política, economia e movimentos sociais.

O Gráfico 2 mostra um regime de publicação bem diversificado no site, cujas datas de maior publicação são respectivamente 01 e 29 de outubro. Aqui a pauta das eleições brasileiras foi tratada na perspectiva das relações internacionais, sem deixar de abordar temas exógenos à pauta nacional. A falta de uma métrica pré-estabelecida a ser cumprida, com x ou y publicações dia (hora ou minuto) está relacionada à identidade do arranjo jornalístico, também na rede de apoio que lhe dá sustento e em sua capacidade de buscar fontes, apurar e publicizar. As condições de produção no digital permitem muitas publicações em um só dia; e nenhuma publicação em outro.

Gráfico 2 – regime de publicação Ópera Mundi



Fonte: Arquivo CPCT, 2018. Regime de Publicação do site Opera Mundi no período da coleta semana do primeiro turno e semana do segundo turno.

Tabela 1 – Regime de publicação no Facebook do Opera Mundi

Facebook 1º turno 01/10 a 08/10	Opera Mundi	Facebook 2º turno 22/10 a 29/10	Opera Mundi
Post totais	699	Post totais	946
Post autor	81	Post autor	74
01/10/18	13	22/10/18	13
02/10/18	13	23/10/18	10
03/10/18	10	24/10/18	9
04/10/18	11	25/10/18	10
05/10/18	11	26/10/18	11
06/10/18	4	27/10/18	3
07/10/18	4	28/10/18	6
08/10/18	15	29/10/18	12

Fonte: Arquivo CPCT, 2018. Regime de Publicação do Facebook do Opera Mundi no período da coleta semana do primeiro turno e semana do segundo turno.

A Tabela 1 mostra fluxo diário bem equilibrado de publicação no Facebook, com um regime de publicação bastante compassado, demarcando inclusive os finais de semana. As quatro segundas-feiras abrangidas pelo tempo de coleta mostram que este é um dia de fluxo maior do regime de publicação no Facebook. Como veículo que tem suas especificidades de forma, linguagem e circulação, a página no Facebook do Opera Mundi tem regime de publicação adequado a esse canal e totalmente diferente do que se apresenta no site. As atualizações, as republicações indicam um regime de publicação motivado pela circulação na rede e pelos comentários e curtidas. Portanto, são lógicas diferentes que atuam na definição do regime de publicação.

É preciso ressaltar que o regime de publicação não é inerente ao *médium* (FIGARO, SILVA, 2020), materializa-se como aspecto dele, mas sua origem tem a ver com as condições de produção e a forma como circula o capital (GROHMANN, 2020). A produção jornalística digital está cada vez mais conformada por determinada maneira à qual as empresas de plataformas manejam seus interesses comerciais monopolistas. Esse é um aspecto que intervém no processo produtivo do jornalismo bem como em sua circulação.

O ritmo ditado pela monetização, advindas das interações dos cliques, dos acessos, incide sobre as formas do fazer jornalístico também dos arranjos do trabalho dos jornalistas. A instância de circulação⁸ concretizada em termos de botões e ferramentas para compartilhamento e participação estão disponíveis nos sites dos arranjos e incorporadas nas formas oferecidas pelas páginas do Facebook e do Twitter.

Desta feita, tais aspectos devem ser considerados como fator que incide na noção de atualidade no jornalismo. A atualidade não pode ser descaracterizada de sua vinculação ao processo socioeconômico e de desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, trata-se da noção social de tempo e a categoria de regime de publicação atende de forma mais ampla e adequada às mudanças que estamos vivenciando.

⁸ Tratamos das instâncias de seleção, composição e circulação em Figaro, R. et. Al 2021; e em Figaro, R. 2020b.

Considerações finais

Este artigo discutiu as noções de tempo e de periodicidade como aspectos fundamentais da atualidade no jornalismo. Estruturamos nossa argumentação no que Groth, Genro Filho, Marques de Melo, entre outros afirmam sobre a atualidade ser o eixo estruturante do discurso jornalístico.

No século XX, a lógica industrial cunhou nossa noção de periodicidade da informação. Com as mudanças nos processos produtivos tecnológicos, a sociedade vai adquirindo outras noções sobre o tempo. A circulação imediata, o acontecimento em tempo real de transmissão exige a construção de outras categorias para nos reportamos ao tempo no jornalismo.

A pesquisa sobre a produção jornalística de 30 arranjos alternativos e independentes da grande mídia impulsionou nossa observação aos dados sobre o ritmo e constância nas publicações. O levantamento na forma de quantificação das publicações em gráficos e tabelas comprovou a intermitência temporal nas matérias, exigindo que se configure outra categoria para se denominar a atualização do produto jornalístico. A periodicidade não dá conta do que acontece na sistemática de atualizações.

Assim, após um levantamento bibliográfico, adotamos o conceito de regime de publicação, inicialmente formulado por Roger Chartier (1999) e também em uso por um conjunto de outras apropriações para nomear processos editoriais que compreendem desde a autoria, edição e circulação. Nossa proposta é de que passemos a utilizar regime de publicação ao invés de periodicidade quando tratemos do jornalismo em veículos *online*.

O uso do termo regime de publicação no estudo aplicado que realizamos mostrou-se muito produtivo. Outros estudos empíricos merecem ser feitos, para testar a conceituação construída e aqui proposta em relação ao regime de publicação como categoria que suplanta a noção de periodicidade no jornalismo feito e propagado na internet. Esse desafio, oferecemos aos colegas pesquisadores.

Referências

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1999.

FIDALGO, Antonio. Jornalismo on-line segundo o modelo de Otto Groth. In **Pauta Geral** nº6, 2004. Salvador; Calandra, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>

FIGARO, Roseli. (org.) **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias**. São Paulo: ECA-USP : Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2018.

FIGARO, Roseli et al. **Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FIGARO, Roseli. Regime de publicação, cronotopo e instâncias de seleção, composição e circulação: categorias teórico-metodológicas de análise da produção jornalísticas dos arranjos nativos digitais. **Anais do XX Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**, no 43. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2785-1.pdf>

FIGARO, Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: CPCT/ECA-USP, 2018a. Disponível em: <http://twixar.me/LqC3>.

FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galáxia**. Revista da Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. N. 38, 2018b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/35905>

FÍGARO, Roseli; GROHMANN, Rafael. Dispositivos comunicacionais no mundo do trabalho: uma revisão teórica para operacionalizar o conceito. **Comunicação e Inovação**, v. 18, n. 38 2017. UMSC. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4669

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38566>

FRANCISCATO, Carlos. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** - Volume 11 - Número 2 – 2014. <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.741>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1987.

GROHMANN, Rafael. A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização. **Liinc em Revista, [S. l.]**, v. 16, n. 1, p. e5145, 2020. DOI:

10.18617/liinc.v16i1.5145. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5145>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Cortez Editora. São Paulo. 2001.

MARQUES DE MELO, José. Conceito, categorias e gêneros do jornalismo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: estudos fundamentais**. Rio de Janeiro, São Paulo: PUC-Rio, Loyola, 2020.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. **Observatório da Imprensa**, 26 de nov. de 2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/bases-para-uma-teoria-do-jornalismo-20/>

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galaxia**. (São Paulo, Online), n. 25, p. 165-179, jun. 2013. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/10461>

XAVIER, Cintia; PONTES, Felipe S.. As características dos jornais como poder cultural: releituras da teoria do jornalismo proposta por Otto Groth. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** 42 (2) • May-Aug 2019 • <https://doi.org/10.1590/1809-5844201922>

XAVIER, Joicymara. Et al. Engenharia de Confiabilidade de Software: Um mapeamento sistemático da última década. **IV Simpósio Brasileiro de Engenharia de Sistemas Computacionais / Trilha de Sistemas Operacionais (SBESC)**. © 2014 Sociedade Brasileira de Computação. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/273143917_Engenharia_de_Confiabilidade_de_Software_Um_mapeamento_sistematico_da_ultima_decada Acesso: em 06/08/2021.